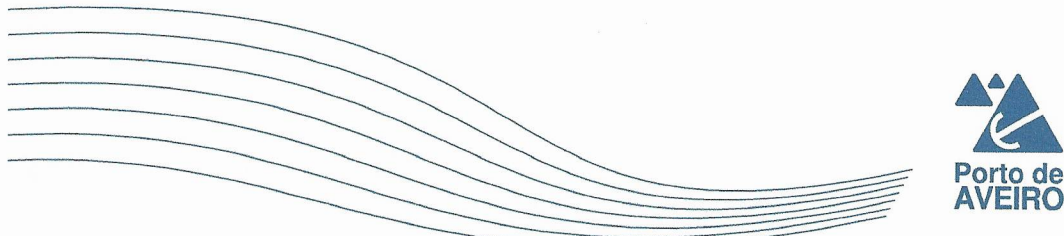


REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

1. Compete exclusivamente à autoridade portuária o fornecimento de energia elétrica dentro da área portuária sob sua jurisdição, bem como a definição das modalidades de fornecimento que se encontre em condições de praticar;
2. Nos casos em que a autoridade portuária não esteja habilitada a efetuar os fornecimentos, ou em situações especiais expressamente definidas, poderão outras entidades ser autorizadas a fazê-lo de acordo com condições a estabelecer;
3. Os fornecimentos que tenham caráter de continuidade serão previamente requeridos à autoridade portuária;
4. Os fornecimentos isolados serão efetuados mediante requisição;
5. Os ramais de ligação, quando inexistentes, e as baixadas, serão executados por conta dos requerentes, podendo também estes ser autorizados a executar os trabalhos diretamente desde que submetidos à orientação e sob a fiscalização dos serviços competentes da autoridade portuária;
6. As taxas de fornecimento de energia elétrica serão estabelecidas tendo em conta os preços de compra de energia elétrica que a APA, SA irá suportar no ano em curso, mediante a afetação dos respetivos preços por um fator multiplicativo (Ki) superior à unidade, de forma a que possam ser tidos em consideração: - o custo na origem; - os encargos com a construção e a manutenção das redes privadas; - as modalidades de fornecimento; - a natureza das instalações; - as perdas nos cabos, linhas e transformadores; - os encargos de administração;
7. Serão praticadas as seguintes modalidades de fornecimento:
 - 7.1 Baixa Tensão (BT):
 - 7.1.1 Potências contratadas até 41,4 kVA - Tarifa simples ou tri-horária (médias utilizações).
 - 7.1.2 Potências contratadas superiores a 41,4 kVA - Tarifa de médias utilizações.
 - 7.2 Média Tensão (MT): - Tarifa de médias utilizações.
8. Os fatores Ki a utilizar nos termos definidos em 6. para o cálculo das taxas referentes a fornecimentos de energia com caráter de continuidade, através de instalações permanentes fixas e por períodos superiores a 30 dias, serão os seguintes:
 - 8.1 Baixa Tensão (BT)
 - 8.1.1 Potências contratadas até 41,4 kVA: $K1 = 2,4$
 - 8.1.2 Potências contratadas superiores a 41,4 kVA: $K2 = 1,65$
 - 8.2 Média Tensão (MT): $K3 = 1,65$
9. Para os clientes, com tarifa tri-horária e potência contratada acima de 41,4 kVA, o cálculo da potência tomada nas horas de ponta será feito tendo em conta um fator **Hp**. Este fator **Hp** tomará o valor de 110 ou 66 consoante o consumo se verifique no período de inverno (de janeiro a março e de outubro a dezembro) ou de verão (abril a setembro), respetivamente.
10. O fornecimento com caráter de continuidade a instalações permanentes fixas implica ainda o pagamento de um encargo de potência mensal, indivisível, em função da potência contratada, igual ao tarifário imposto pela ERSE para as mesmas situações;
11. Aos fornecimentos efetuados com caráter de continuidade a consumidores com o estatuto de entidades oficiais públicas aplicam-se diretamente as tabelas da ERSE, sem agravamentos;
12. As taxas referentes a fornecimentos de energia com caráter de continuidade a instalações fixas exploradas pela DOCAPECA, S.A. no novo Porto de Pesca Costeira serão bonificadas em 30 % ou 15 %, consoante se trate respetivamente de potências contratadas até 41,4 kVA ou superiores a 41,4 kVA;
13. Nos fornecimentos isolados e de caráter temporário ou provisório em BT, por períodos inferiores a 30 dias, praticar-se-ão as taxas referentes a fornecimentos com caráter de continuidade agravadas em 50 %;



- 14 Pela utilização de contadores nos fornecimentos previstos no número anterior é devida uma taxa por dia indivisível e contador, a qual será determinada dividindo por seis a taxa mensal de potência em vigor para potências contratadas até 20,7 kVA, no caso de contadores fixos, ou dividindo por três a mesma taxa tratando-se de contadores portáteis;
- 15 É fixada em 20 kWh a quantidade mínima a fornecer por requisição, em ligações temporárias e de carácter provisório;
- 16 O tarifário a praticar pela autoridade portuária em conformidade com as regras atrás definidas será publicitado e atualizado pela mesma via sempre que se verifiquem alterações no Sistema Tarifário de Venda de Energia Elétrica da ERSE.
- 17 Às taxas aplicadas no ponto 6 acresce ainda uma taxa unitária, denominada Imposto sobre o Consumo de Energia Elétrica, consagrado no Artigo 132.º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE - Lei do Orçamento do Estado para 2012) e quantificado no Artigo 6.º da Portaria n.º 320-D/2011, ambos datados de 30 de dezembro de 2011. Este imposto irá incidir mensalmente, em cada instalação e para todas as potências contratadas, sobre a totalidade da energia elétrica consumida (kWh), como tarifa simples ou tarifa tri-horária.